



CAO-JÚRI

Edição n. 03/2021

CUIABÁ, 09 de abril de 2021.

SUMÁRIO

EVENTO: I OFICINA DO TRIBUNAL DO JÚRI → 30 DE ABRIL.....	3
MPMT: RESOLUÇÃO 215/2021-CPJ → Modificação envolvendo crimes dolosos contra a vida praticados por militar contra civil.....	3
NOTÍCIAS – MP.....	5
MPES: Dois homens recebem pena máxima por assassinato em Aracruz.....	5
MPMG: Casal denunciado por morte de criança é condenado a mais de 30 anos de prisão em Poços de Caldas.....	5
MPSP: Réus por homicídio cometido em penitenciária de Lavinia recebem penas de até 24 anos.....	6
MPMT denuncia homem que atropelou vítima e fugiu com corpo preso ao carro.....	6
MPRS - Caso Rafael: A pedido do MP, Alexandra Dougokenski é pronunciada para julgamento diante do Tribunal do Júri.....	6
MPPE: Escuta Atenta: Projeto da 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina promove atendimento humanizado de vítimas de crimes contra a vida e seus familiares.....	7
Recurso do MPMGO é acolhido pelo STJ para aumentar pena de condenado por homicídio qualificado.....	7
MPES: Homem que agrediu e tentou matar ex-companheira em Aracruz é condenado a 20 anos de prisão.....	7
MPMS: Duas mulheres são condenadas a quase 55 anos de prisão por participação no "Tribunal do Crime".....	8
PGR questiona omissão do Congresso sobre ajuda do Estado a dependentes de vítimas de crime doloso.....	8
MJRJ denuncia Rogério de Andrade e outros cinco homens pelo homicídio de Fernando Iggncio.....	8
MPBA promove webnário sobre direito das vítimas no processo penal brasileiro.....	9
MPSC: Réu que teria matado transgênero em motel de Florianópolis irá a júri popular por feminicídio.....	9
MPTO: Workshop “Neurociência aplicada ao processo de conhecimento no Tribunal do Júri” inaugura atividades de capacitação promovidas pelo Núcleo do Júri.....	10
MPAL denuncia italiano por dois homicídios tentados e um homicídio consumado e pede manutenção de prisão preventiva.....	10
MPF defende competência da Justiça Comum para julgamento de homicídio cometido por militar contra vítima civil.....	11
MPPA: Promotoria da Mulher propõem projeto de lei para amparar órfãos vítimas de feminicídio.....	11
MPSP: PM que tentou matar outro policial na capital é condenado a 6 anos de reclusão.....	12
MPRS: Júri nos Tribunais foi tema de Webconference.....	12
MPPR obtém sentença favorável contra homem que matou a própria mãe.....	12
MPRS: Julgamento do caso Kiss é marcado para 1º de dezembro.....	13
Encontro Interinstitucional: MPPI e MPPB promovem primeiro dia de evento.....	13
Projetos do MPPB em favor das vítimas de crimes são destaque em encontro interinstitucional.....	13
MPRS apresenta alegações finais e pede que réus do caso Sandra Trentin sejam levados a julgamento pelo Tribunal do Júri.....	14
Operação Insídia: Policiais militares e agricultor são denunciados pelo MPMT.....	14
CNMP divulga vídeos sobre formulário que ajuda identificar risco de violência contra mulher.....	14

NOTÍCIAS – TJ e outros.....	15
OAB/MG exclui advogado condenado por feminicídio.....	15
PE: Com réu preso em São Paulo, comarca realiza júri por videoconferência.....	15
TJPB: Tribunal analisa nulidade em razão de grupo de WhatsApp composto pelos jurados durante sessão plenária.....	16
CNJ: Fux firma compromisso para dar agilidade ao júri sobre Marielle Franco.....	16
TJPB: Câmara Criminal rejeita embargos e mantém decisão de júri que condenou ex-policia.....	16
Câmara aprova projeto que institui Lei Mariana Ferrer para punir ofensas e humilhações à vítima durante julgamento.....	17
Vítimas e familiares de crimes terão prioridade na destinação de valores advindos de penas pecuniárias em Goiás.....	17
Aplicativo possibilita socorro emergencial às vítimas de violência doméstica no DF.....	18
TJMT: Legítima defesa: Juiz manda soltar mulher presa suspeita de matar o marido após ser agredida.....	18
TJMT: Audiência Pública: Diagnóstico da violência doméstica é hoje.....	19
Projeto do TJ-SP que auxilia vítimas de violência doméstica completa um ano.....	19
STF.....	20
STF: Legítima defesa da honra é inadmissível e inconstitucional, diz Gilmar.....	20
Legítima defesa da honra remete ao Brasil colonial, diz Alexandre de Moraes.....	20
Para Fachin, é odiosa tese da legítima defesa da honra em feminicídios.....	20
Com voto de Rosa Weber, STF tem maioria contra tese da legítima defesa da honra.....	21
Ressalvas no caso que afastou legítima defesa da honra buscam evitar brechas.....	21
STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio.....	22
STF: 1ª Turma inicia julgamento sobre conduta da magistrada durante inquirição de testemunha.....	22
STF: 1ª Turma mantém prisão preventiva de acusado de matar embaixador grego no Brasil.....	22
CNJ: Plano Nacional de Atenção à Vítima.....	23



EVENTO: I OFICINA DO TRIBUNAL DO JÚRI → 30 DE ABRIL

Os membros do Ministério Público têm até o dia 28 de abril para realizarem suas inscrições na “I Oficina Tribunal do Júri”. Iniciativa da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UCNMP), o evento será realizado, por transmissão pelo YouTube, no dia 30 de abril.

Os membros interessados devem acessar o [Sistema de Inscrições em Eventos do CNMP](#) para assegurarem seus lugares. Somente os inscritos receberão o link de acesso à transmissão da oficina.

O evento conta com o apoio da Confraria do Júri, presidida por Marcelle Rodrigues da Costa, e da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp), dirigida por Marcelo André de Azevedo. Confira a programação [AQUI](#) ou no site da [Confraria do Júri](#).

MPMT: RESOLUÇÃO 215/2021-CPJ → Modificação envolvendo crimes dolosos contra a vida praticados por militar contra civil

A modificação trazida pela Resolução nº. 215/2021-CPJ, publicada no DOE do Ministério Público do Estado de Mato Grosso no dia 05/03/2021, impactou em todas as Promotorias de Justiça do Estado que oficiam em feitos envolvendo crimes dolosos contra a vida.

A referida Resolução modificou a alínea “e” do inciso I.I, Área Criminal, do art. 4º da Resolução nº. 104/2015-CPJ, que versa sobre as atribuições da 13ª Promotoria de Justiça Criminal de Cuiabá, assim como o inciso I.V daquele dispositivo, que trata do Núcleo de Defesa da Vida da Capital, e ainda, acrescentou o art. 11-B, que aborda a atribuição de todas as unidades que oficiam perante o Tribunal do Júri para atuar, inclusive, nos inquéritos policiais e nos processos envolvendo crimes dolosos contra a vida quando praticados por militar contra civil.



Vale dizer que a proposta de alteração foi encaminhada à Procuradoria-Geral de Justiça pelo CAO-JÚRI (GEDOC 20.14.0001.0000995/2021-39), por meio de seu Coordenador, o Promotor de Justiça Dr. Vinicius Gahyva Martins, juntamente com o Dr. Reinaldo Rodrigues de Oliveira Filho (19º Promotor Criminal, de Tutela Coletiva da Segurança Pública) e com a ciência do Dr. Paulo Henrique Amaral Motta (13º Promotor Criminal, atuante na Justiça Militar), com o objetivo de ver inserido de maneira explícita na normativa interna o entendimento de que o processamento dos crimes dolosos contra a vida cometidos contra civis por militares estaduais, a rigor, não integra o rol de funções da 13ª Promotoria Criminal.

Em síntese, argumentou-se no sentido de que “as mudanças na legislação ordinária reafirmam, com maior veemência, na esteira da disciplina constitucional, a competência do Tribunal do Júri para processar e julgar crimes dolosos contra a vida praticados por militares estaduais contra civis, eis que as hipóteses excepcionais do § 2º do art. 9º do CPM diz respeito aos militares das Forças Armadas”, ao passo que “desde a edição da Lei nº 9.299/96, sedimentada pela Emenda Constitucional nº 45/2004 e reafirmada pela Lei nº 13.491/2017, a doutrina e jurisprudência vem explicitando, claramente, que ‘o crime doloso contra a vida praticado por policial militar contra civil não pode mais ser compreendido como de natureza militar’[...]”, de modo que não se justifica a vinculação do processamento de crimes dessa natureza perante as Promotorias de Justiça que atuam na seara dos Crimes Militares.

A proposta foi submetida ao Colendo Colégio de Procuradores de Justiça e aprovada por unanimidade.

Os documentos estão disponíveis para consulta no Banco de Peças. [Acesse aqui!](#)



NOTÍCIAS – MP

➤ [MPES: Dois homens recebem pena máxima por assassinato em Aracruz](#)

Publicação em 09/03/2021

Em júri realizado em Aracruz, a Justiça acatou o pedido do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), formulado pela Promotoria de Justiça Criminal de Aracruz, e sentenciou Carlos Henrique da Silva Conceição, vulgo “Sombra da Morte”, e Kessi Diones Oliveira da Silva, vulgo “Ciclone”, às penas máximas pelo assassinato de Rodrigo Ribeiro Rosário. Também por envolvimento e participação no crime, foi apreendido um adolescente, que cumprirá Medida Socioeducativa. Carlos Henrique foi condenado a 53 anos de reclusão e ao pagamento de 1.560 dias multa. Já Kessi Diones recebeu a pena de 35 anos de reclusão. Ambos terão de iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

➤ [MPMG: Casal denunciado por morte de criança é condenado a mais de 30 anos de prisão em Poços de Caldas](#)

Publicação em 09/03/2021

Em júri realizado na madrugada desta sexta-feira, 5 de março, em Poços de Caldas, no Sul do estado, o conselho de sentença condenou um casal pela morte de uma criança de 3 anos, ocorrida em 2018, em razão de ela ter urinado, cantarolado e dançado durante um dos castigos a que havia sido submetida. Denunciados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por tortura e homicídio qualificado por motivo fútil, tortura e meio cruel, recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio, o padrasto da criança foi condenado a 32 anos, um mês e 20 dias de prisão e a mãe dela a 29 anos, dois meses e 23 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado. O casal não poderá recorrer em liberdade.



➤ [MPSP: Réus por homicídio cometido em penitenciária de Lavínia recebem penas de até 24 anos](#)

Publicação em 09/03/2021

A pedido da Promotoria de Justiça de Mirandópolis, a Justiça condenou três homens pelo assassinato de Marcos Caliese Pinheiro. Marcos Douglas Lino de Araújo, Edgard José de Souza Filho receberam pena de 24 anos de prisão cada, enquanto Felipe Furlani foi sentenciado a 18 anos, todos em regime inicial fechado.

➤ [MPMT denuncia homem que atropelou vítima e fugiu com corpo preso ao carro](#)

Publicação em 10/03/2021

Acusado de atropelar e empreender fuga em uma das avenidas de Cuiabá com o corpo da vítima preso à caçamba da caminhonete, José Eduardo de Oliveira foi denunciado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso por homicídio consumado, com a qualificadora meio cruel. Consta na denúncia, oferecida pela 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Cuiabá, que o acusado estava embriagado e dirigia na contramão.

➤ [MPRS - Caso Rafael: A pedido do MP, Alexandra Dougokenski é pronunciada para julgamento diante do Tribunal do Júri](#)

Publicação em 10/03/2021

A pedido do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o juízo de Planalto julgou procedente a denúncia contra Alexandra Salete Dougokenski pela morte de seu filho Rafael Mateus Winkes, então com 11 anos, em 14 de maio do ano passado. O crime foi cometido na casa em que eles moravam, em Planalto. Com isso, a ré foi pronunciada por homicídio doloso quadruplicamente qualificado (motivo torpe, motivo fútil, asfixia, dissimulação e recurso que dificultou a defesa da vítima), ocultação de cadáver, falsidade ideológica e fraude processual e irá ser julgada pelo Tribunal do Júri, em data a ser definida.



➤ [MPPE: Escuta Atenta: Projeto da 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina promove atendimento humanizado de vítimas de crimes contra a vida e seus familiares](#)

Publicação em 10/03/2021

Proporcionar uma escuta acolhedora de vítimas que sobreviveram a crimes dolosos contra a vida ou de familiares de vítimas desses ilícitos, a fim de identificar possíveis danos psicológicos, financeiros ou ameaças que venham sofrendo. Esse é o objetivo do Projeto Escuta Atenta, que vem sendo desenvolvido pela 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina como uma das ações para aproximar a população do Tribunal do Júri.

➤ [Recurso do MPGO é acolhido pelo STJ para aumentar pena de condenado por homicídio qualificado](#)

Publicação em 11/03/2021

Acolhendo recurso especial do Ministério Público de Goiás (MP-GO), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) fez a revisão da dosimetria de pena de réu condenado por homicídio triplamente qualificado (quando há circunstâncias que agravem a pena), cuja condenação havia sido reduzida pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO). Assim, a decisão monocrática do relator do caso no STJ, ministro Felix Fischer, ao dar provimento ao recurso interposto pela Procuradoria de Recursos Constitucionais do MP-GO, aumentou a pena-base, ficando a condenação estabelecida, ao final, em 16 anos e 6 meses de reclusão.

➤ [MPES: Homem que agrediu e tentou matar ex-companheira em Aracruz é condenado a 20 anos de prisão](#)

Publicação em 12/03/2021

Em um tribunal do júri realizado na terça-feira (09/03), em Aracruz, os jurados atenderam aos pedidos formulados pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Promotoria de Justiça de Aracruz, e condenaram um homem a 20 anos de prisão pela tentativa de homicídio da ex-companheira. O réu utilizou uma barra de ferro para



praticar as agressões e foi sentenciado com a pena máxima para esse tipo de crime. Ele ficará inicialmente em regime fechado e teve a prisão provisória mantida.

➤ [MPMS: Duas mulheres são condenadas a quase 55 anos de prisão por participação no "Tribunal do Crime"](#)

Publicação em 12/03/2021

Duas mulheres que praticaram o crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe, com evidência de fazerem parte de grupo de extermínio e serem integrantes de facção criminosa, foram condenadas, nos termos da sentença proferida na última terça-feira (9/3), a penas que somam 54 anos e 8 meses de reclusão. O crime aconteceu em Dourados em maio de 2020.

➤ [PGR questiona omissão do Congresso sobre ajuda do Estado a dependentes de vítimas de crime doloso](#)

Publicação em 12/03/2021

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 62, em que pede seja declarada a omissão inconstitucional do Congresso Nacional em editar uma lei que disponha sobre as hipóteses e as condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso. A medida está prevista no artigo 245 da Constituição Federal.

➤ [MPRJ denuncia Rogério de Andrade e outros cinco homens pelo homicídio de Fernando Iggncio](#)

Publicação em 15/03/2021

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Promotoria de Investigação Especializada, denunciou à Justiça seis homens pelo assassinato de Fernando de Miranda Iggncio, ocorrido em 10 de novembro de 2020 no estacionamento de um



heliporto no Recreio dos Bandeirantes. A vítima Fernando Iggnacio e o mandante do crime, o denunciado Rogério de Andrade, são, respectivamente, genro e sobrinho do falecido contraventor Castor de Andrade, que foi chefe do jogo do bicho no Estado do Rio de Janeiro.

➤ [MPBA promove webnário sobre direito das vítimas no processo penal brasileiro](#)

Publicação em 15/03/2021

O direito das vítimas no processo penal brasileiro e a sua repercussão no direito internacional é tema de debate no webnário que o Ministério Público estadual promove virtualmente até a próxima sexta-feira, dia 19. A palestra de abertura de hoje (15) foi ministrada pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), Mauro Fonseca Andrade. “Chegou o momento de discutirmos o papel das vítimas e o que vem sendo feito internacionalmente na área para que possamos sair fortalecidos para defendermos o direito das vítimas”, destacou a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti. Ela dividiu a mesa de abertura com os promotores de Justiça Thiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf); Ana Rita Nascimento, coordenadora do Núcleo do Júri (Nuj); e André Lavigne, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim).

➤ [MPSC: Réu que teria matado transgênero em motel de Florianópolis irá a júri popular por feminicídio](#)

Publicação em 17/03/2021

Um homem denunciado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) pela morte de uma transgênero em um motel de Florianópolis irá a Júri popular por feminicídio. As investigações policiais do crime apontaram que o réu mantinha um relacionamento amoroso com a vítima, mas nutria menosprezo e discriminação por ela devido a sua transgenia.



A ação penal relata o crime, que ocorreu em fevereiro de 2020 em um motel no bairro Campeche. Na ocasião, o réu teria levado a vítima ao motel com o pretexto de manterem um encontro íntimo. Lá, supostamente ele a asfixiou até a morte. Na sequência, o réu teria tentado ocultar o cadáver da vítima, colocando-o no porta-malas do automóvel, que estava estacionado na vaga de garagem da suíte que ocupavam, de forma a possibilitar a saída do estabelecimento e a retirada do corpo do local sem levantar suspeita. A ocultação do cadáver somente não aconteceu porque o réu foi surpreendido com a chegada da Polícia Civil.

➤ [**MPTO: Workshop “Neurociência aplicada ao processo de conhecimento no Tribunal do Júri” inaugura atividades de capacitação promovidas pelo Núcleo do Júri**](#)

Publicação em 19/03/2021

Com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf-ESMP), o Núcleo do Tribunal do Júri (MPNujúri) realizou na manhã desta quinta-feira, 18, o primeiro evento desde a sua instituição. O workshop “A neurociência aplicada ao processo de conhecimento no Tribunal do Júri” teve a participação especial de Douglas Oldegardo, promotor de Justiça do MS, com vasta experiência de atuação em plenário e que contabiliza mais de 700 júris no seu currículo. O evento foi transmitido por meio do sistema EADCesaf.

➤ [**MPAL denuncia italiano por dois homicídios tentados e um homicídio consumado e pede manutenção de prisão preventiva**](#)

Publicação em 19/03/2021

Ódio, frieza, crime planejado, três alvos e uma vida ceifada. Os elementos caracterizam o italiano Pasquale Palmieri, denunciado, nessa quinta-feira (18) pelo Ministério Público de Alagoas (MPAL), por meio da 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Os promotores de Justiça, Rodrigo Soares e Dênis Guimarães, pedem a manutenção da prisão preventiva até



que o réu seja levado a júri popular pelo assassinato do bacharel em Direito, José Benedito Alves de Carvalho, bem como pela tentativa de feminicídio contra a ex-mulher do denunciado, e outra tentativa de homicídio contra a advogada desta, Maricélia Schlemper.

➤ [MPF defende competência da Justiça Comum para julgamento de homicídio cometido por militar contra vítima civil](#)

Publicação em 26/03/2021

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou nesta quarta-feira (24) ao Supremo Tribunal Federal (STF) recurso contra acórdão da Justiça Militar que negou o envio dos autos de investigação de suposto homicídio praticado por militar contra vítima civil à Justiça Comum. Na decisão, a Corte Militar arquivou o Inquérito Policial Militar (IPM) que apura a conduta. De acordo com o MPF, a decisão viola o sistema acusatório e a competência do Tribunal do Júri para o julgamento deste tipo de crime.

➤ [MPPA: Promotoria da Mulher propõem projeto de lei para amparar órfãos vítimas de feminicídio](#)

Publicação em 29/03/2021

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através do Promotor de Justiça Franklin Lobato Prado, encaminhou esta semana proposta de Projeto de Lei à bancada feminina da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) que estabelece diretrizes para a instituição do “Programa Órfãos do Feminicídio: Atenção e Proteção”, no âmbito do Estado do Pará.

O “Programa Órfãos do Feminicídio” tem o objetivo de assegurar a saúde física e mental de crianças e adolescentes, para que possam se desenvolver plenamente, o direito de viver sem violência. E em específico, aqueles que são vítimas ou testemunhas de violência nas relações domésticas, familiares e sociais.



➤ [MPSP: PM que tentou matar outro policial na capital é condenado a 6 anos de reclusão](#)

Publicação em 31/03/2021

O promotor de Justiça Rafael Magalhães Abrantes Pinheiro conseguiu a condenação do policial militar Felipe Nascimento, que usou uma arma de fogo para tentar matar outro integrante da corporação no centro de São Paulo. Nascimento recebeu pena de seis anos e seis meses de reclusão, a ser cumprida no regime semiaberto no presídio militar Romão Gomes. O crime ocorreu em dezembro de 2020.

➤ [MPRS: Júri nos Tribunais foi tema de Webconference](#)

Publicação em 01/04/2021

O Ceaf realizou, na manhã do dia 30 de março, a "Webconference Júri nos Tribunais", tendo como debatedores os promotores de Justiça João Pedro de Freitas Xavier e Lúcia Helena de Lima Callegari, que apresentaram entendimentos jurisprudenciais acerca da matéria. A mediação foi conduzida pela Diretora do Ceaf, promotora de Justiça Caroline Vaz. O conteúdo gravado ficará disponível em breve na Biblioteca de Vídeos do Ceaf.

➤ [MPRR obtém sentença favorável contra homem que matou a própria mãe](#)

Publicação em 06/04/2021

O Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), por meio da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri, obteve sentença de pronúncia favorável referente à Ação Penal Pública movida contra Jonas Castilho Carneiro e Landerson Simão de Abreu por homicídio qualificado praticado por meio cruel, utilizando recurso que dificultou a defesa da vítima, crime inserido no âmbito da violência doméstica, configurando feminicídio.



➤ [MPRS: Julgamento do caso Kiss é marcado para 1º de dezembro](#)

Publicação em 06/04/2021

O julgamento de Elissandro Callegaro Spohr, Mauro Londero Hoffmann, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Bonilha Leão, que respondem pelo incêndio ocorrido na Boate Kiss, em 2013, foi marcado para o dia 1º de dezembro, a partir das 9h. Os promotores de Justiça designados para o júri são Lúcia Helena Callegari e David Medina da Silva.

Os quatro réus serão julgados juntos em Porto Alegre depois que o Tribunal de Justiça, ao acolher manifestação do Ministério Público, decidiu pelo desaforamento de Luciano Bonilha Leão, assistente de palco da banda Gurizada Fandangueira.

➤ [Encontro Interinstitucional: MPPI e MPPB promovem primeiro dia de evento](#)

Publicação em 06/04/2021

Aconteceu na tarde desta segunda-feira (5) o primeiro dia do Encontro Interinstitucional entre os Ministérios Públicos do Estado do Piauí (MPPI) e da Paraíba (MPPB). O evento possui como tema central os direitos das vítimas e conta com a presença de diversos membros do Ministério Público brasileiro. O encontro teve início às 15h e foi transmitido através do canal oficial do MPPI no youtube.

➤ [Projetos do MPPB em favor das vítimas de crimes são destaque em encontro interinstitucional](#)

Publicação em 06/04/2021

Os projetos 'Restauração', 'Florescer' e 'Refletir', idealizados e implementados pelo Ministério Público da Paraíba para promover a dignidade e os direitos das vítimas de crimes, foram destaques no primeiro dia do Encontro Interinstitucional dos Ministérios Públicos dos Estados do Piauí (MPPI) e da Paraíba (MPPB).



➤ [MPRS apresenta alegações finais e pede que réus do caso Sandra Trentin sejam levados a julgamento pelo Tribunal do Júri](#)

Publicação em 07/04/2021

O Ministério Público do Rio Grande do Sul apresentou nesta terça-feira, 6 de abril, as suas alegações finais em relação ao homicídio qualificado e ocultação de cadáver da contadora Sandra Trentin. Na manifestação, a Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões pede que os réus Paulo Ivan Baptista Landfeldt, ex-marido da vítima, e Ismael Bonetto sejam pronunciados e levados a julgamento pelo Tribunal do Júri. O Ministério Público sustenta a prática de homicídio qualificado por motivo torpe, mediante promessa de recompensa, com emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima e por razões da condição de sexo feminino, com violência doméstica e familiar (feminicídio). O ex-marido e réu, Paulo Ivan, é apontado como o mandante do crime. Ismael, o executor. Ambos estão presos.

➤ [Operação Insídia: Policiais militares e agricultor são denunciados pelo MPMT](#)

Publicação em 09/04/2021

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso denunciou três policiais militares e um agricultor por crimes envolvendo o desaparecimento de seis pessoas no município de União do Sul (a 646km de Cuiabá), em abril do ano passado. Os PMs Evandro dos Santos, João Paulo Marçal de Assunção e Roberto Carlos Cesaro foram denunciados pela prática de homicídio qualificado por seis vezes, tentativa de homicídio qualificado por quatro vezes, ocultação de cadáver por seis vezes, cárcere privado e associação criminosa. Já o produtor rural Agenor Vicente Pelissa foi denunciado por fraude processual.

➤ [CNMP divulga vídeos sobre formulário que ajuda identificar risco de violência contra mulher](#)

Publicação em 09/04/2021



Com a aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 6298/2019 para tornar obrigatório o uso do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida no atendimento de vítimas de violência doméstica, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) convidou algumas mulheres envolvidas nesta conquista a gravarem vídeos esclarecendo a importância dessa ferramenta.

NOTÍCIAS – TJ e outros

➤ [OAB/MG exclui advogado condenado por feminicídio](#)

Publicação em 15/03/2021

O conselho pleno da OAB/MG entendeu pela exclusão de seus quadros de advogado condenado criminalmente pela prática de violência contra a mulher e tentativa feminicídio.

Por unanimidade, o colegiado entendeu pela perda da idoneidade moral em razão da violência doméstica, entendendo que o advogado deixou de cumprir os requisitos essenciais de inscrição nos quadros da OAB.

➤ [PE: Com réu preso em São Paulo, comarca realiza júri por videoconferência](#)

Publicação em 22/03/2021

A Vara Única de Exu, no sertão de Pernambuco, realizou sua primeira sessão do júri por meio de videoconferência, no final de fevereiro. O réu, que se encontra preso na penitenciária de Taubaté (SP), participou do julgamento de forma virtual, com a utilização do aplicativo Cisco Webex, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião, a imagem do acusado foi projetada na sala para que ele pudesse ser visto e ouvido pelos participantes. A sessão, presidida pelo magistrado Caio Souza Pitta Lima, teve a participação dos jurados, advogados do réu e membros do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) de forma presencial, respeitando-se as medidas de segurança em prevenção ao novo coronavírus.



➤ [TJPB: Tribunal analisa nulidade em razão de grupo de WhatsApp composto pelos jurados durante sessão plenária](#)

Publicação em 22/03/2021

A câmara Criminal do TJ/PB tem em sua pauta um julgamento interessante - a nulidade de sessão de Tribunal do Júri na qual os jurados se comunicaram sobre o caso em grupo do WhatsApp denominado "Os temidos do Júri de 2019". A defesa pediu a nulidade da sessão dizendo que um dos membros do conselho de sentença discutiam previamente o caso a ser julgado, e já formulavam uma opinião, antes mesmo de ouvirem as testemunhas de acusação e defesa. Para os advogados, houve "quebra da incomunicabilidade dos jurados".

➤ [CNJ: Fux firma compromisso para dar agilidade ao júri sobre Marielle Franco](#)

Publicação em 24/03/2021

“O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cobrará a realização bastante célere do júri para que apure todos os fatores que influenciaram esse flagelo que ocorreu na política brasileira, que foi o assassinato brutal de Marielle Franco”, destacou nesta terça-feira (23/3) o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, durante reunião do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.

➤ [TJPB: Câmara Criminal rejeita embargos e mantém decisão de júri que condenou ex-policia](#)

Publicação em 25/03/2021

Por unanimidade, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba rejeitou na sessão dessa terça-feira (23) os Embargos de Declaração nº 0000389-77.2010.815.0151 opostos por um ex-policia militar. Com a decisão, o órgão fracionário manteve a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Conceição que condenou o embargante ao cumprimento de 45 anos e 10 meses de reclusão, pela prática de dois homicídios



qualificados consumados e um tentado. O relator do caso foi o desembargador Joás de Brito Pereira Filho.

➤ [Câmara aprova projeto que institui Lei Mariana Ferrer para punir ofensas e humilhações à vítima durante julgamento](#)

Publicação em 26/03/2021

O acesso das mulheres vítimas de violência à Justiça ainda é cercado de armadilhas, a despeito de um arsenal de leis de proteção, tantas vezes insuficientes para impedir a revitimização. No ano passado, ganhou notoriedade o caso da influenciadora digital Mariana Ferrer, alvo de humilhações e xingamentos durante uma audiência. O réu, denunciado por ela por estupro, foi considerado inocente.

Na última semana, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5.096/2020, que proíbe, nas audiências judiciais, o uso de linguagem, informações ou material que ofenda a dignidade da vítima ou de testemunhas de crimes contra a mulher. Essa proposta, que institui a Lei Mariana Ferrer, e outras ligadas a ela, com finalidade semelhante, seguem para análise do Senado Federal.

➤ [Vítimas e familiares de crimes terão prioridade na destinação de valores advindos de penas pecuniárias em Goiás](#)

Publicação em 29/03/2021

Em Goiás, a destinação de valores advindos de penas pecuniárias terá como prioridade vítimas e familiares de crimes e atos infracionais, e não mais entidades beneficentes, a título de reparação. A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás regulamentou a decisão por meio do Provimento 55, de 19 de março deste ano, instituído com base na Resolução 253/2018, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que já priorizava a reparação do dano à vítima de crimes e atos infracionais, bem como de seus dependentes.



➤ [Aplicativo possibilita socorro emergencial às vítimas de violência doméstica no DF](#)

Publicação em 05/04/2021

O aplicativo Viva Flor é um sistema de segurança preventiva para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar que estejam sob a proteção de medida protetiva de urgência. A iniciativa é fruto de um acordo de cooperação técnica entre Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Ministério Público e órgãos do governo do Distrito Federal e está incluída no Guia de Encaminhamentos e Serviços do Núcleo Judiciário da Mulher, lançado no início de março pelo Tribunal como uma das ações da 17ª Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa.

O dispositivo é instalado no celular da vítima e permite, nos casos classificados como de risco extremo, a possibilidade de acionar a polícia com apenas um toque na tela inicial do aparelho. Elas dispõem, a partir daí, de atendimento prioritário em situação de emergência dentro do Distrito Federal.

➤ [TJMT: Legítima defesa: Juiz manda soltar mulher presa suspeita de matar o marido após ser agredida](#)

Publicação em 07/04/2021

O juiz Jacob Sauer concedeu liberdade à mulher presa na sexta-feira (2), suspeita de matar o marido Cleydson Piedade da Rosa, de 30 anos, após ser agredida por ele em Sinop, no norte do estado. A defesa da suspeita alegou legítima defesa, argumento que foi aceito pelo juiz.

À polícia, a mulher disse que passou o dia sendo ameaçada por Cleydson e que chegou a ser agredida. Segundo ela, eles entraram em vias de fato, momento em que o marido teria puxado o cabelo dela e ameaçado pegar uma faca. Para se defender, ela teria pego a faca antes e desferiu um golpe no pescoço dele.



➤ **[TJMT: Audiência Pública: Diagnóstico da violência doméstica é hoje](#)**

Publicação em 09/04/2021

Dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado de Mato Grosso e a efetividade às políticas contra esta prática são os principais objetivos da Audiência Pública “Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção”, que será realizada em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04). O evento será transmitido pelo youtube do Poder Judiciário de Mato Grosso. [Clique aqui](#).

Notícia relacionada: [TJMT: Audiência Pública Diagnóstico da Violência Doméstica durante a pandemia será realizada em abril \(24/03/2021\)](#)

➤ **[Projeto do TJ-SP que auxilia vítimas de violência doméstica completa um ano](#)**

Publicação em 09/04/2021

Em 7 de abril de 2020, logo no início da pandemia da Covid-19, o Tribunal de Justiça de São Paulo lançou o projeto Carta de Mulheres para combater o agravamento da situação de mulheres vítimas de violência doméstica. A subnotificação de casos foi constatada nas unidades policiais e judiciárias.

Isso porque o confinamento, necessário para combater a Covid-19, também se mostrou grave para as mulheres que vivem relações violentas, uma vez que o domicílio comum é local onde ocorre a maioria das agressões.

O projeto Carta de Mulheres auxilia vítimas com informações e orientações sobre como agir, os locais de atendimento, os tipos de medidas protetivas e os desdobramentos de uma denúncia. Desde seu lançamento, já foram recebidas 1.679 mensagens.



STF

➤ [STF: Legítima defesa da honra é inadmissível e inconstitucional, diz Gilmar](#)

Publicação em 08/03/2021

É inadmissível a tese da legítima defesa da honra, visto que pautada por ranços machistas e patriarcais, que fomentam um ciclo de violência de gênero na sociedade. A conclusão é do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes ao votar pela inconstitucionalidade da tese da legítima defesa da honra. O voto foi proferido na ADPF 779 que discute a aplicação da tese pelo Tribunal do Júri.

➤ [Legítima defesa da honra remete ao Brasil colonial, diz Alexandre de Moraes](#)

Publicação em 10/03/2021

Não pode o Estado permanecer omissos perante a naturalização da violência contra a mulher, sob pena de ofensa ao princípio da vedação da proteção insuficiente e do descumprimento ao compromisso adotado pelo Brasil de coibir a violência no âmbito das relações familiares (artigo 226, §8º, da Constituição).

O entendimento é do ministro Alexandre de Moraes ao votar pela inconstitucionalidade da legítima defesa da honra. Ele votou para excluir qualquer interpretação da tese, assentando ainda a nulidade de sua invocação perante o Tribunal do Júri por qualquer envolvido na relação processual, inclusive magistrados. O tema está sendo discutida pelo Plenário Virtual na ADPF 779.

➤ [Para Fachin, é odiosa tese da legítima defesa da honra em feminicídios](#)

Publicação em 10/03/2021

De acordo com o ministro Edson Fachin, do STF, a soberania dos veredictos do Júri não pode implicar a concessão de perdão a crimes que nem mesmo o Congresso Nacional



perdoaria. Sob esse entendimento, o ministro votou por declarar a tese da legítima defesa da honra, usada na defesa de feminicidas, inconstitucional.

➤ [Com voto de Rosa Weber, STF tem maioria contra tese da legítima defesa da honra](#)

Publicação em 11/03/2021

Ao referendar, nesta quinta-feira (11/3), a liminar concedida por Dias Toffoli, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, foi responsável pela formação de maioria para rejeitar a tese da legítima defesa da honra.

A ministra apenas acompanhou o relator, sem divulgar voto. Toffoli tinha vetado a tese da legítima defesa da honra em casos de feminicídio, argumentando que a traição conjugal é questão do âmbito privado, passível de acontecer tanto a homens quanto a mulheres. Portanto, é inconstitucional a existência de um direito subjetivo a agir com violência diante dela.

➤ [Ressalvas no caso que afastou legítima defesa da honra buscam evitar brechas](#)

Publicação em 15/03/2021

O Plenário virtual do STF encerrou na noite de sexta-feira (12/3) o referendo da liminar concedida em fevereiro pelo ministro Dias Toffoli que veta o uso da tese da legítima defesa da honra nas fases pré-processual ou processual penais, bem como no julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento.

A decisão foi unânime, e a maioria foi formada na quinta-feira (11/3), no voto da ministra Rosa Weber. Além do relator, seis ministros incluíram votos no sistema do Supremo, com ressalvas que buscaram fechar eventuais brechas e aperfeiçoar a interpretação conforme aos artigos. 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do CP, e ao artigo 65 do CPP.

Acesse a notícia para leitura dos votos dos ministros.



➤ **[STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio](#)**

Publicação em 16/03/2021

Por unanimidade, o STF firmou entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por violar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. A decisão, tomada na sessão virtual encerrada em 12/3, referendou liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli em fevereiro, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779.

Notícias relacionadas:

["Honra você não defende com sangue; é inconcebível", diz juiz \(10/03/2021\)](#)

[Unânime: STF invalida legítima defesa da honra em feminicídio \(15/03/2021\)](#)

[A tese da legítima defesa da honra é inconstitucional. Entenda o que decidiu o STF \(17/03/2021\)](#)

➤ **[STF: 1ª Turma inicia julgamento sobre conduta da magistrada durante inquirição de testemunha](#)**

Publicação em 24/03/2021

A Primeira Turma do STF iniciou, no dia 23, o julgamento do HC 187035, que questiona a postura de magistrada durante a inquirição de testemunhas em audiência. Após o voto do relator, ministro Marco Aurélio, a favor do deferimento do HC, o ministro Alexandre de Moraes abriu divergência e foi acompanhado, com ressalvas, pelo ministro Luís Roberto Barroso. O exame do caso foi suspenso por pedido de vista da ministra Rosa Weber.

➤ **[STF: 1ª Turma mantém prisão preventiva de acusado de matar embaixador grego no Brasil](#)**

Publicação em 09/04/2021

Nesta terça-feira (6), a Primeira Turma do STF rejeitou a tramitação do Habeas Corpus (HC) 198085 em que E.M.T.M., um dos acusados de matar Kyriakos Amiridis, embaixador



grego no Brasil, em 2016, pedia a revogação de sua prisão preventiva. A maioria do colegiado entendeu que o decreto de prisão está bem fundamentado.

CNJ: Plano Nacional de Atenção à Víctima

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou nesta terça-feira (23/3) a implementação do Plano Nacional de Atenção à Víctima, alterando o texto da Política Institucional do Poder Judiciário de Atenção e Apoio às Víctimas de Crimes e Ato Infracionais, definida pela Resolução CNJ 253/2018.

O ato normativo, relatado pela conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, determina algumas medidas que contribuirão para "tornar visível, acessível, concreto e efetivo a Política de Atenção e Apoio às Víctimas", afirmou. Entre as medidas que deverão ser estabelecidas para colocar em prática o programa estão: a obrigatoriedade de criação de centros de atenção à víctima, a serem instalados nos principais fóruns dos tribunais brasileiros e a abertura de canais de interlocução não apenas, mas especialmente, com os movimentos de mães de víctimas de homicídio praticados por agentes públicos ou privados, que aguardam uma resposta do Judiciário.

[Acesse aqui.](#)

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional do Júri

Vinicius Gahyva Martins – Promotor de Justiça Coordenador